

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

Contratação De Sistema para Reserva de Margem e
Controle de Consignações

SUMÁRIO

1. OBJETO	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	4
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO	4
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	4
4.1. Requisitos de Integração	4
4.2. Requisitos de Segurança	6
4.3. Requisitos de Suporte Técnico, Manutenção e Sustentação	11
4.4. Requisitos do Acordo do Nível de Serviços (ANS)	12
4.5. Requisitos de Capacitação e Treinamento	13
4.6. Requisitos de Migração de Dados e Composição da Base de Históricos	13
4.7. Requisitos Técnicos Gerais e de Infraestrutura do Sistema Informatizado:	15
4.8. Funcionalidades do Sistema de Consignação	16
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	22
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	22
7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR	24
7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta	24
7.2. Participação de empresas em consórcio	25
7.3. Classificação como objeto comum	25
7.4. Requisitos de habilitação e proposta	25
8. ASPECTOS CONTRATUAIS	34
8.1. Subcontratação	34
8.2. Obrigações do CONTRATANTE	35
8.3. Obrigações da CONTRATADA	36
8.4. Fluxo Financeiro e Remuneração	39
8.5. Vigência	41
8.6. Obrigações Pertinentes à LGPD	41
8.7. Reajuste	42
8.8. Garantia de execução contratual	44
8.9. Contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	44
8.10. Rescisão contratual	45
8.11. Sanções administrativas	46
ANEXO I – SIMULAÇÃO DE OUTORGA PELO MODELO LOGARÍTMICO INVERTIDO	49
ANEXO II - CHECKLIST DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS	53
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.13.709/2018	62

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão da margem consignável e descontos facultativos, mediante disponibilização de sistema informatizado, integrado ao sistema de folha de pagamento dos servidores públicos ativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especificações e requisitos técnicos estabelecidos neste instrumento.

OBJETO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DA MARGEM CONSIGNÁVEL E DESCONTOS FACULTATIVOS, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO, INTEGRADO AO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ	
	Quantidade de linhas processada (mês)	Valor Unitário da linha processada
		Valor Total 60 meses (R\$)
600	R\$ 2,39	R\$ 471.600,00

1.2. A presente contratação não implicará qualquer despesa ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, uma vez que a Contratada não será remunerada pela Administração, mas sim pelas instituições consignatárias que operam no ambiente de consignações. A remuneração da futura Contratada decorrerá exclusivamente do valor por linha processada cobrado das consignatárias a cada operação realizada por meio do sistema.

1.3. Em razão desse modelo de negócio, a execução do contrato resultará em receita ao TCE/PR, a ser percebida sob a forma de outorga mensal. Essa outorga consiste na parcela do valor unitário por linha processada que, conforme a proposta vencedora e a forma de julgamento estabelecida, será obrigatoriamente revertida ao Tribunal, constituindo receita pública nos termos da legislação aplicável.

1.4. Para fins de estimativa econômico-financeira da contratação, adota-se como referência o valor máximo de **R\$ 2,39 (dois reais e trinta e nove centavos) por linha processada**, calculado com base na média aritmética simples extraída da pesquisa de mercado realizada.

1.5. O valor global estimado da **receita** a ser gerada ao longo dos 60 (sessenta) meses de vigência contratual é de R\$ 471.600,00 (quatrocentos e setenta e um mil e seiscentos

reais), considerando a totalidade da outorga potencial na hipótese Valor Unitário da linha processada ser igual zero. **Ressalta-se que tal valor corresponde à estimativa de receita máxima possível, não representando despesa ou obrigação financeira do TCE/PR.**

1.6. Esclarece-se que o montante efetivamente revertido ao Tribunal dependerá do resultado da fase competitiva, tendo em vista que a presente licitação adota o modelo de julgamento por menor valor por linha processada/maior outorga, característico do pregão negativo, conforme reconhecido pelo Acórdão nº 1.848/2025 – Tribunal Pleno do TCE/PR. Dessa forma, quanto menor o valor por linha retido pela Contratada, maior será o repasse mensal devido ao Tribunal.

1.7. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum. (Art. 1º, parágrafo 6, inciso XIII, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021).

1.8. O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Integração

4.1.1. O Sistema de Consignação deverá integrar-se ao Sistema de Folha de Pagamento por meio de troca de arquivos estruturados, em eventos periódicos durante o ciclo mensal de execução da folha de pagamento, adotando como padrão o formato CSV (Comma-Separated Values).

4.1.1.1. Os arquivos de integração deverão ser disponibilizados em formato CSV, em padrão texto aberto, amplamente difundido no mercado, de modo a permitir interoperabilidade, rastreabilidade, auditoria e independência de soluções proprietárias.

4.1.1.2. A Contratada deverá recepcionar arquivo, em formato CSV, gerado pelo Sistema de Folha de Pagamento, conforme leiaute estabelecido pela Contratante, contendo o valor da margem consignável de cada servidor, resultante do cálculo do percentual da margem na respectiva folha de pagamento.

4.1.1.3. O Sistema de Consignação deverá enviar ao Sistema de Folha de Pagamento o arquivo de Movimento Mensal, em formato CSV, por meio do qual serão inseridas no sistema de folha as operações realizadas até a data de corte, contendo as consignações a serem processadas no mês de referência, observando integralmente o leiaute definido pela Contratante.

4.1.1.4. O arquivo de Movimento Mensal, em formato CSV, deverá conter exclusivamente as movimentações ocorridas no respectivo período — tais como inclusões, exclusões, reimplantações e demais alterações — de modo que possam ser processadas no sistema de folha de pagamento com o registro único do número total de parcelas a serem descontadas até o encerramento de cada contrato.

4.1.1.5. Não serão recepcionadas nem processadas operações enviadas parceladamente (com envio mensal de cada parcela das operações vigentes). A solução sistêmica ofertada deverá ser parametrizada de forma compatível com o funcionamento atual do Sistema de Folha de Pagamento da Contratante, sem necessidade de alteração ou customização desse sistema, cabendo à Contratada adaptar-se ao leiaute adotado.

4.1.1.5.1. O Sistema de Consignação deverá recepcionar o arquivo de Retorno, em formato CSV, gerado pelo Sistema de Folha de Pagamento, conforme leiaute estabelecido pela Contratante, contemplando as informações necessárias à validação e consolidação das consignações processadas.

4.1.1.6. O leiaute dos arquivos CSV, incluindo definição de campos, tipos de dados, obrigatoriedade, regras de preenchimento, delimitadores e validações, será definido ou homologado pela Contratante, devendo a Contratada adequar integralmente a solução ao leiaute vigente, garantindo a correta geração, recepção, validação e processamento dos arquivos. O leiaute padrão atualizado está especificado no no Anexo IV.

4.1.1.7. A solução deverá permitir a identificação de inconsistências nos arquivos CSV, com geração de registros de erro, logs de processamento e a rastreabilidade das operações.

4.2. Requisitos de Segurança

4.2.1. *A contratada deve proporcionar mecanismos e meios para assegurar a eficácia, a integridade e a confiança nas suas operações por meio de implementação de políticas, medidas e práticas de Compliance, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Governança, Transparência e de Segurança da Informação.*

4.2.1.1. *Compliance refere-se ao conjunto de medidas e práticas adotadas para garantir que as atividades governamentais estejam em conformidade com leis, regulamentos e normas internas e externas.*

4.2.1.2. *A Governança no setor público envolve a criação de estruturas e processos que assegurem a tomada de decisões informadas e responsáveis.*

4.2.1.3. *A transparência é um princípio fundamental para a administração pública, garantindo que as ações governamentais sejam abertas e acessíveis ao escrutínio público.*

4.2.1.4. *A LGPD (Lei nº 13.709/2018) regula o tratamento de dados pessoais, garantindo a privacidade e a proteção das informações dos cidadãos.*

4.2.2. *Quanto a Lei Geral de Proteção de Dados n.º 13.709/2018, deve-se garantir que:*

4.2.2.1. *cumpra suas obrigações, quando houver tratamento de dados pessoais, no que couber, ao abrigo da Lei n. 13.709, de 14/08/2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);*

4.2.2.2. *mantém registro das operações de tratamento de dados pessoais que realiza, bem como implementa medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado;*

4.2.2.3. *usa ambiente físico e lógico estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, padrões de boas práticas e de governança previstos em lei e demais normas regulamentares aplicáveis;*

4.2.2.4. *adota medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais, segundo a legislação e nas demais disposições tanto do Estudo Técnico Preliminar quanto do presente Termo de Referência.*

4.2.3. *Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, a contratada será responsabilizada pelos danos decorrentes da falha, caso tenha deixado de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as quais visam proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, bem como contra situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.*

4.2.4. *Além disso, a contratada deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas contadas da ciência do incidente, detalhando o ocorrido, para que a CONTRATANTE possa adotar as providências cabíveis, inclusive em eventual atendimento a requisições das autoridades competentes.*

4.2.5. *As informações a serem disponibilizadas pela CONTRATADA incluirão pelo menos:*

4.2.5.1. *Quais dados foram vazados;*

4.2.5.2. *Informações sobre possíveis acessos suspeitos e as respectivas credenciais utilizadas; endereços IP e portas utilizadas nos acessos suspeitos; registros de log; eventuais técnicas de ataque identificadas pela equipe de tratamento de incidente;*

4.2.5.3. *Descrição da natureza da violação dos dados pessoais, incluindo as categorias e o número e identificação de titulares de dados impactados, bem como as categorias e o número de registros de dados impactados;*

4.2.5.4. *Os riscos relacionados ao incidente;*

4.2.5.5. *Descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos dados pessoais; e*

4.2.5.6. *Descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação dos dados pessoais e mitigar os possíveis efeitos adversos.*

4.2.6. *Neste contexto, a solução deverá demonstrar a adoção de boas práticas de segurança da informação e comunicação, assegurando a estrutura necessária para a execução dos serviços. Isso inclui a implementação de medidas administrativas, técnicas e de segurança que garantam a confidencialidade de todas as informações, dados, artefatos, arquitetura e procedimentos envolvidos no cumprimento do contrato, especialmente aqueles que possam gerar riscos à segurança pública, em conformidade com as normas ABNT/NBR ISO 27.001 e 27.701.*

4.2.7. *A contratada deve implementar política de conscientização abordando boas práticas de segurança da informação, orientações sobre senhas seguras, precauções ao acessar o sistema em redes públicas e identificação de possíveis ataques e ameaças.*

4.2.8. *O Sistema de Consignação deve atender os seguintes pré-requisitos de segurança:*

4.2.8.1. *Backup e Recuperação de Dados: A contratada deverá apresentar plano de backup regular, com definição clara de RTO e RPO, dos dados do sistema, incluindo o banco de dados e outros dados críticos, armazenados de forma segura e testados periodicamente para garantir sua integridade e, ainda, um plano de recuperação de desastres deve ser estabelecido para garantir a continuidade dos serviços em caso de eventos adversos;*

4.2.8.2. *Controle de Vulnerabilidades: análise regular de vulnerabilidades por meio de simulações controladas ou ferramentas automatizadas, visando identificar e corrigir eventuais falhas de segurança no sistema.*

4.2.8.3. *A infraestrutura de hardware e software de hospedagem deverá ser protegida por sistema de segurança que impeça o acesso não autorizado à aplicação, assim como às suas bases de dados, com procedimentos que possam ser auditados a qualquer tempo pela Contratante, garantindo a autenticidade, inviolabilidade, integridade e sigilo das informações;*

4.2.8.4. *Registrar as transações efetuadas, rastreamento para auditoria, registro de transações financeiras e também concessões e revogação de níveis de acesso, criação, alteração e bloqueio de contas, alterações de dados cadastrais e afins. As informações de auditoria deverão ser mantidas em backup. Entre as informações que devem ser gravadas*

estão: identificação do evento, data e hora do evento, usuário executor e IP da máquina ou rede de onde o evento foi comandado. Para eventos que alteram situação de uma consignação, será gravada a situação anterior e a nova situação da mesma. Estas informações devem ser geradas automaticamente pelo sistema e não deve existir possibilidade de edição destas informações. O relatório deverá ser parametrizado, de modo a contemplar o acesso por Órgão, perfil, grupo ou Servidor e por transação, com possibilidade de filtragem do log configurado por parâmetros de controle e identificação previamente definidos. O Órgão/Consignatária deverá definir o perfil que pode ter acesso a estas informações;

4.2.8.5. *Disponibilizar informações de auditoria de utilização do Sistema;*

4.2.8.6. *O procedimento de acesso inicial ao sistema (login) deve possibilitar o acesso a todas as transações permitidas ao usuário, garantindo o registro de trilhas para fins de auditoria com retenção por tempo indeterminado; tais informações devem ser geradas automaticamente pelo sistema e sem possibilidade de edição;*

4.2.8.7. *O acesso ao Sistema de Consignação se dará por autenticação do respectivo usuário, incluindo a autenticação segura via 2º. Fator de autenticação;*

4.2.8.8. *As rotinas de segurança devem permitir o controle de acesso de usuários à funcionalidades, transações, campos e telas. Devem ainda garantir o acesso seletivo as informações, restringindo os usuários ao conjunto de informações a que está autorizado, pertinentes por exemplo a uma determinada Consignatária, Órgão, Servidor, etc. As rotinas de segurança devem garantir que cada Consignatária tenha acesso apenas às informações sobre seus contratos cadastrados no sistema;*

4.2.8.9. *O Sistema de Consignação deverá permitir criar usuário “Master” para cada Consignatária e, com esse usuário, cada consignatária incluir e manter os seus usuários, que devem estar associados a um CPF/responsável nominal, para questões de responsabilidade legal pelas ações realizadas pela conta;*

4.2.8.10. *Permitir usuários com múltiplos perfis: Usuários de Órgãos, Usuários de Consignatárias, e Usuários Servidores;*

4.2.8.11. *Os usuários Master poderão criar regras de restrição de acesso a determinadas funcionalidades do sistema, como delimitar faixa de horário e dias específicos para acesso,*

de acordo com perfis de usuários. A consignatária, só poderá criar regras para seus próprios usuários, e de seus correspondentes;

4.2.8.12. Possibilitar a restrição de acesso ao sistema por uma faixa de endereços IP, por usuários e/ou entidades, à critério do gestor máster da consignatária, ou do convênio;

4.2.8.13. Impedir a utilização de senhas repetidas no momento de atualização obrigatória de senhas;

4.2.8.14. Validar prazo para expiração da senha dos usuários e bloquear por inatividade;

4.2.8.15. Bloquear automaticamente o usuário após um número de tentativas de login malsucedidas ou após um número de dias de inatividade;

4.2.8.16. Possibilitar o bloqueio de acesso simultâneo do mesmo usuário ao sistema;

4.2.8.17. Disponibilizar um armazenamento seguro das senhas (através da conversão da mesma em hash). Utilização de algoritmos matemáticos de hash criptográficos fortes.

4.2.8.18. Garantir a autenticidade, inviolabilidade, integridade e sigilo das informações nos processos da consignação, com procedimentos que possam ser auditados a qualquer tempo pela Contratante;

4.2.8.19. Ainda, nesse aspecto é necessário garantir continuamente que a segurança de todos procedimentos/ações do processo de consignação por meio da implementação de melhorias sistemáticas e de modernização tecnológica.

4.2.8.20. Sendo assim, a contratada deverá possuir mecanismos ou estrutura para desenvolvimento, que viabilize a implementação da autorização de descontos via Token e acesso e autorização de desconto por Biometria, que poderá ser implementada de forma faseada considerando que a alteração de procedimentos num processo dessa magnitude implica em desdobramentos para uma parcela significativa de servidores, e é recomendável que se proceda com planejamento detalhado de forma a mitigar possíveis riscos de implementação, o qual sugere-se que contenha trabalho em conjunto com a CONTRATANTE para: (i) Levantamento completo de requisitos técnicos e operacionais, as regras de negócio e a legislação envolvida; (ii) Mapeamento do processo atual e das mudanças que impactarão em todos os seus atores; (iii) Planejamento de implantação (faseado por perfil ou modular);(iv) Cronograma de implantação incluindo etapa de testes de homologação.

4.3. Requisitos de Suporte Técnico, Manutenção e Sustentação

4.3.1. *A Contratada deverá prestar serviços de suporte, manutenção e sustentação do sistema informatizado, sob demanda da Contratante durante o período de vigência do contrato, abrangendo:*

4.3.1.1. *Atualização Tecnológica: alterações e melhorias decorrentes da evolução tecnológica da solução;*

4.3.1.2. *Alteração de Legislação: devem ser aplicadas no Sistema de Gestão as alterações que se fizerem necessárias para contemplar alterações nas legislações vigentes em qualquer esfera ou decisão judicial em última instância que modifique forma de processamento dos módulos contratados;*

4.3.1.3. *Manutenção Corretiva: efetuar manutenção necessária para correção de erro decorrente da infraestrutura de hardware e software ou do aplicativo do Sistema de Gestão;*

4.3.1.4. *Manutenção Evolutiva: efetuar manutenção necessária ao Sistema de Consignação e não contemplada no presente Termo de Referência, como em decorrência de atualização tecnológica, de alteração de legislação, e em consonância com o descrito no Objeto deste Termo de Referência.*

4.3.2. *A Contratada deverá disponibilizar e manter profissionais capacitados, devidamente vinculados a ela, para a execução dos serviços de suporte técnico e suporte operacional, durante o período de vigência do contrato. Esses profissionais deverão exercer atividades que incluem:*

4.3.2.1. *Orientar e esclarecer dúvidas relacionadas ao uso das funcionalidades do Sistema de Consignação, Portal de Consignação e demais ferramentas informatizadas que compõem o objeto deste Termo de Referência;*

4.3.2.2. *Orientar e esclarecer dúvidas acerca do procedimento de saneamento e validação dos dados históricos de consignações (dados cadastrais de servidores, contratos, bloqueios/desbloqueios, margem consignável, entre outros), para migração de base de dado.*

4.3.2.3. Detectar e registrar não conformidades, mapear a necessidade de manutenção e adequação do Sistema de Consignação e demais ferramentas informatizadas que compõem o objeto deste Termo de Referência;

4.3.2.4. Disponibilizar canal de comunicação por meio de telefone, e-mail e chat. As solicitações que não puderem ser resolvidas por estes canais deverão ser resolvidas de forma presencial pelos profissionais da Contratada.

4.4. Requisitos do Acordo do Nível de Serviços (ANS)

4.4.1. Para execução das solicitações de desenvolvimento, adequações e correções, a contratada deverá fornecer mecanismo para registro, acompanhamento e monitoramento das demandas objeto do presente Termo de Referência.

4.4.2. A Contratada deverá disponibilizar protocolo dos chamados e atendimentos técnicos de forma a possibilitar o controle de abertura e acompanhamento dos prazos para fins de ANS (Acordo de Nível de Serviço).

4.4.3. Os serviços de suporte e atualização devem ser atendidos de acordo com os seguintes critérios de Severidade e Tempo de Atendimento:

NÍVEL	OCORRÊNCIA	TEMPO MÁXIMO DE ATENDIMENTO
1	Serviços parados	24 (vinte e quatro) horas úteis
2	Problema crítico com impacto nos serviços	48 (quarenta e oito) horas úteis
3	Problema sem impacto nos serviços essenciais	72 (setenta e duas) horas úteis
4	Consulta	12 (doze) horas úteis

4.4.4. Para correções/alterações estruturais, o prazo de solução definitiva será acordado entre as partes, registrando-se no chamado.

4.4.5. A apuração do atendimento e mensuração dos índices de cumprimento, dos níveis de serviços definidos acima, se dará a partir do registro de horário: abertura da demanda; primeiro contato; início da solução técnica; conclusão da solução técnica.

4.4.6. O ANS poderá ser revisto e sofrer alterações, mediante acordo entre as partes, sempre que se mostrar mais eficiente para garantir a qualidade dos serviços para a Contratante e desde que não haja prejuízos para a Contratada.

4.4.7. Para o caso de registro de demandas diretamente no Sistema da Contratada, o mesmo deverá dispor de comprovante de recebimento com cópia endereçada ao correio eletrônico do usuário, contendo identificação do chamado e demais informações necessárias ao controle do ANS.

4.5. Requisitos de Capacitação e Treinamento

4.5.1. Ofertar capacitação para uso do Sistema de Consignação abordando seus conceitos, funcionalidades e regras, com disponibilização de material didático, conforme necessidade da Contratante em relação à carga horária e formato presencial ou online;

4.5.2. Disponibilizar ambiente sistêmico de treinamento adequado para assimilação e práticas relacionadas ao uso do Sistema de Consignação, com recursos tecnológicos necessários para facilitar o aprendizado;

4.5.3. Disponibilizar, em formato digital, manuais de operacionalização do Sistema de Consignação, atualizados e direcionados especificamente para cada ator do processo (gestor, consignatária, servidor);

4.5.4. Proporcionar capacitação continuada aos usuários do Sistema de Consignação e demais ferramentas informatizadas, por meio de divulgação de tutoriais e vídeos explicativos direcionados aos diversos atores do processo.

4.6. Requisitos de Migração de Dados e Composição da Base de Históricos

4.6.1. O Sistema de Consignação deverá suportar a importação da base de dados históricos de forma a garantir a continuidade da prestação de serviço atualmente ofertada aos servidores, caracterizando como etapa prévia de integração entre o Sistema de Folha de Pagamento (da Contratante) e o Sistema de Consignação (da Contratada), conforme cronograma apresentado a seguir:

ETAPA PRÉVIA		Duração Estimada	Responsável
01	Apresentação do Plano de Execução Operacional.	02 (dois) dias	Contratada
02	Parametrização do Sistema de Consignação de acordo com os pré-requisitos constantes no Termo de Referência.	02 (dois) dias	Contratada
03	Capacitação da equipe técnica da Contratante (presencial ou remota)	02 (dois) dias	Contratada Contratante
04	Integração do Sistema de Consignação ao Sistema de Folha de Pagamento para teste de processamento.	03 (três) dias	Contratada Contratante
05	Homologação das Funcionalidades e da Integração do Sistema de Consignação.	03 (três) dias	Contratante
06	Credenciamento Consignatárias.	15 (quinze) dias	Contratada
07	Capacitação Consignatárias.	10 (dez) dias	Contratada
08	Disponibilização da Base de Dados Históricos.	03 (três) dias	Contratante
09	Importação da Base de Dados Históricos para Sistema de Consignação.	03 (três) dias	Contratada
10	Homologação da Base de Dados Históricos no Sistema de Consignação.	03 (três) dias	Contratada
ETAPA DE IMPLANTAÇÃO		Duração Estimada	Responsável
01	Disponibilização do Sistema de Consignação em Produção.	01 (um) dia	Contratante
02	Processamento da 1ª Folha de Pagamento Mensal.	Cronograma da Contratante	Contratada Contratante

4.6.2. Executar testes de importação de descontos que migrarão para o Sistema de Folha de Pagamento. O processo de teste será composto pelas seguintes etapas:

4.6.2.1. Recebimento preliminar de tabela de códigos: A contratada receberá, previamente, tabela contendo os códigos das consignatárias.

4.6.2.2. Recepção de arquivo de margem: A contratada receberá o arquivo contendo os dados de margem consignável dos servidores. Esses dados deverão ser carregados no sistema em ambiente de homologação. O processo será realizado a cada teste de importação, considerando que os dados podem sofrer alterações a cada nova execução de teste no sistema de folha de pagamento.

4.6.2.3. Recepção de arquivo de linha funcional: Também será recepcionado o arquivo contendo as informações de vínculo funcional dos servidores no Sistema de Folha de Pagamento. Os dados desse arquivo deverão ser correlacionados com o arquivo de margem mencionado anteriormente, de forma a permitir o cadastro adequado dos

servidores no sistema de homologação, de acordo com a linha funcional gerada no Sistema de Folha de Pagamento para cada servidor.

4.6.2.4. *Recepção de arquivo de descontos: Cada consignatária encaminhará um arquivo, contendo o número da parcela do mês, o valor correspondente e o total de parcelas contratadas para cada desconto. A contratada deverá realizar a conversão dessas informações em registros no sistema de consignação, viabilizando a posterior geração do relatório de movimento financeiro. A partir da data de admissão, a contratada deverá localizar a linha funcional do servidor correspondente e atribuir o desconto;*

4.6.3. *As etapas descritas acima integram um cronograma de testes de importação, com prazo de execução estipulado em dois dias. Diante disso, é imprescindível que a contratada disponha de equipe técnica qualificada e disponível para realizar o tratamento dos dados e o processamento das informações conforme as necessidades do TCE-PR, assegurando o cumprimento dos prazos estabelecidos.*

4.6.4. *Concluída a etapa de testes, será realizada a migração definitiva das consignatárias, com a execução, em ambiente de produção, de todos os procedimentos anteriormente descritos. A partir desse momento, tais operações passarão a compor os arquivos mensais de processamento regular do sistema de consignações.*

4.7. Requisitos Técnicos Gerais e de Infraestrutura do Sistema Informatizado:

4.7.1. *A contratada é responsável pelo fornecimento da infraestrutura tecnológica necessária para a operação do ambiente central do Sistema tais como licenças, capacidade de processamento, compatibilidades com navegadores e sistemas correlatos, e demais tecnologias necessárias. Ainda:*

4.7.1.1. *Estabelecer o dimensionamento da capacidade de processamento para os servidores, de aplicação e de banco de dados, de forma a garantir a performance necessária para operar com o volume demonstrado no item denominado;*

4.7.1.2. *Licenças do SGDB e de qualquer outro software que seja necessário para o seu perfeito funcionamento.*

4.7.1.3. *Funcionamento em ambiente em nuvem; Software as a Service (SaaS), dedicado, com acesso via web; sendo a instalação e hospedagem da solução de responsabilidade do prestador.*

4.7.1.4. *Ambiente em nuvem Software as a Service (SaaS) deverá ter banco de dados em servidor dedicado, sendo que o acesso dos dados pelo sistema deverá ser realizado através de rede privada.*

4.7.1.5. *Responsabilizar-se pelo serviço de integração ao ambiente computacional, instalação e configuração de todos os módulos e funcionalidades, realizando testes de homologação, parametrizações e customizações necessárias;*

4.7.1.6. *O sistema de Consignação deverá ser acessível no mínimo pelos navegadores Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas versões mais recentes;*

4.7.1.7. *Disponibilizar documentação técnica e manuais atualizados, de forma online e integrada ao sistema de consignação para acesso por perfil de usuário (Gestor, Consignatária, Servidor);*

4.7.1.8. *Requisitos de atualização do sistema garantindo adequações tecnológicas necessárias com suas devidas interfaces;*

4.7.1.9. *Migrar e, conseqüentemente, disponibilizar funcionalidade de consulta e geração de relatórios (impresso e meio eletrônico) aos dados históricos de consignações (dados cadastrais de servidores, contratos, bloqueios/desbloqueios, margem consignável, entre outros), respeitando os níveis de acesso;*

4.7.1.10. *Autorização de desconto com validação de senha pela Central de Segurança/Celepar;*

4.7.1.11. *Implementar funcionalidades por demanda da contratante para garantia do cumprimento da legislação vigente e da melhoria de processo.*

4.7.1.12. *Permitir que a autorização do servidor seja realizada nos ambientes autenticados da instituição financeira, quando autorizado pela Contratante.*

4.7.1.13. *Providenciar condições, durante a vigência contratual, para que a troca de dados com a Contratante se dê de modo automatizado, conforme solução definida em conjunto.*

4.8. Funcionalidades do Sistema de Consignação

4.8.1. Requisitos Funcionais Gerais:

4.8.1.1. Permitir parametrização de Leiaute dos arquivos da Contratante;

4.8.1.2. Permitir parametrização de Leiaute dos arquivos de integração com a Folha de Pagamento: Arquivo de Margens, Arquivo de Retorno e Arquivos de Movimentações usando layouts já existentes da Contratada;

4.8.1.3. Permitir controle de CET (Custo Efetivo Total), conforme legislação vigente;

4.8.1.4. Permitir realizar operações contínuas de inclusão/exclusão/renegociação de contratos no decorrer do mês, independente das datas de referência da folha de pagamento;

4.8.1.5. Registrar o valor do contrato de acordo com o valor atualizado no arquivo de retorno e emitir relatório com contratos atualizados;

4.8.1.6. Emitir relatório de auditoria;

4.8.1.7. Emitir relatório de contratos liquidados após a data de corte;

4.8.1.8. Emitir relatórios gerenciais de percentual de carteira;

4.8.1.9. Emitir relatório de cartão de benefícios;

4.8.1.10. Emitir relatório de comprometimento de margem;

4.8.1.11. Emitir relatórios por status de contrato, servidor;

4.8.1.12. Emitir relatório de portabilidade;

4.8.1.13. Emitir relatório de descontos efetuados na folha de pagamento do mês, geral e por consignatária;

4.8.1.14. Emitir relatório de usuários;

4.8.1.15. O sistema deve permitir inclusão/alteração/exclusão de operações através de ferramenta de WebService;

4.8.1.16. Permitir atribuição de mais de um código para serviços específicos.

4.8.1.17. Capacidade técnica para atender imediatamente, após a assinatura do contrato, a totalidade dos servidores do TCE-PR.

4.8.1.18. Disponibilizar ambiente em que o servidor manifeste sua necessidade de crédito consignado, permitindo que as consignatárias credenciadas apresentem sucessivas ofertas de condições, com destaque para a redução progressiva da taxa do Custo Efetivo Total (CET).

4.8.2. Funcionalidades a serem operacionalizadas pelo Gestor (Contratante):

4.8.2.1. Consultar, deferir/indeferir e suspender consignações efetuadas pelos Servidores;

4.8.2.2. Realizar alterações nas consignações dos Servidores em decorrência de decisão judicial;

4.8.2.3. Desliquidar contratos;

4.8.2.4. Transferir consignação;

4.8.2.5. Cadastrar dados: das empresas Consignatárias, tabelas de Órgãos/Entidades, dos Servidores (adicionais aos dados cadastrados na importação);

4.8.2.6. Bloquear/desbloquear: Instituições Consignatárias; Órgãos/Entidades; Servidores; verbas de desconto ou verbas por matrícula de servidores;

4.8.2.7. Manter perfis de usuários Gestores;

4.8.2.8. Manter o número de parcelas para desconto por produto/serviço;

4.8.2.9. Limitar o valor para desconto por produto/serviço;

4.8.2.10. Limitar quantidade de desconto por produto/ serviço;

4.8.2.11. Definir o prazo de carência para desconto por produto/serviço;

4.8.2.12. Segregar o valor da margem para determinado produto/serviço;

4.8.2.13. Importar lote de inclusões/alterações/exclusões;

4.8.2.14. Registrar e consultar log das transações efetuadas no sistema;

4.8.2.15. Gerar relatório por Consignatária, totalizando quantidades e valores realizados;

4.8.2.16. Gerar relatórios sintéticos e analíticos dos movimentos por Instituição Consignatária, produto/serviço/Órgãos;

4.8.2.17. Gerar relatórios com a movimentação financeira mensal de todas as Consignatárias;

4.8.2.18. Gerar relatórios gerenciais: geral/total da carteira/comprometimento de margem;

4.8.2.19. Gerar relatórios de contratos suspensos;

4.8.2.20. Gerar relatórios de contratos em carência;

4.8.2.21. Visualizar o histórico das margens dos Servidores;

4.8.2.22. Restringir consulta de margem mediante autorização por senha;

4.8.2.23. Disponibilizar manual fornecido pela Contratada para o servidor;

4.8.2.24. Automatizar a reimplantação de contratos não descontados pela folha de pagamentos, podendo escolher entre preservar ou não a parcela não descontada;

4.8.2.25. Parametrizar prazos para confirmação de reservas;

4.8.2.26. Permitir o controle e a parametrização dos limites das taxas praticadas pelas consignatárias (taxas de juros ou de Custo Efetivo Total – CET);

4.8.2.27. Consultar limites de CET cadastrado pelas consignatárias;

4.8.2.28. Parametrizar prazos diferentes para consignatárias de mesmo produto (Sindicatos e associações);

4.8.2.29. Permitir o bloqueio de função específica por usuário e produto permitindo que determinados usuários sejam configurados para realizarem operações apenas para serviços específicos;

4.8.2.30. Disponibilizar comunicados para Servidores e Consignatários.

4.8.3. Funcionalidades a serem operacionalizadas pelas Consignatárias:

4.8.3.1. Efetuar consignação com respectiva dedução da margem consignável, em tempo real, emitindo documento de autorização, para ser assinado/autorizado pelo Servidor e Consignatária e numerado para permitir posterior consulta via sistema;

4.8.3.2. Consultar consignações específicas efetuadas por Servidor;

4.8.3.3. Disponibilizar a liquidação de consignação, liberando o valor bloqueado da margem consignável, imediatamente do comando de liquidação;

- 4.8.3.4. Disponibilizar a reserva de margem para níveis diferenciados de aprovação, com desbloqueio automático das reservas não confirmadas e parametrização do prazo para estes desbloqueios automáticos;*
- 4.8.3.5. Suspender consignações efetuadas por Servidor;*
- 4.8.3.6. Alterar prazo e valor de contrato, condicionado a autorização do servidor por meio de senha;*
- 4.8.3.7. Efetuar renegociação de contratos, realizando em apenas uma operação a liquidação do contrato antigo e a inserção do contrato novo. A operação deve gerar novo número de certidão/ADE;*
- 4.8.3.8. Realizar a importação de arquivos de lote de inclusões/alterações/exclusões de contratos;*
- 4.8.3.9. Realizar o download de documentos disponibilizados;*
- 4.8.3.10. Manter usuários e perfis específicos da própria Consignatária;*
- 4.8.3.11. Definir prazo de carência para desconto por produto/serviço;*
- 4.8.3.12. Gerar relatórios com a movimentação financeira de consignação mensal da própria Consignatária;*
- 4.8.3.13. Gerar relatórios com as informações do processamento mensal da folha dos seus contratos;*
- 4.8.3.14. Gerar relatórios com as informações dos seus contratos não descontados pela folha;*
- 4.8.3.15. Realizar download das reservas de margem autorizadas pelo Servidor;*
- 4.8.3.16. Acompanhar as consignações da sua carteira;*
- 4.8.3.17. Reter a reserva de margem consignável durante o prazo de carência da operação;*
- 4.8.3.18. Permitir, mediante autorização do Gestor, a concessão de empréstimos por meios de comunicação entre o sistema de gestão de consignações e o sistema da consignatária, com protocolo de segurança adequado;*
- 4.8.3.19. Disponibilizar módulo de portabilidade de contratos de acordo com as normas do Bacen, e Resolução Estadual n.º 369/2021, ou outra que vier substituí-la;*

4.8.3.20. Disponibilizar módulo de gestão de cartão de benefícios, contemplando autorização de cartão com retenção de margem, e processamento mensal de despesas com validação de autorização, limite de margem e prazo de reserva;

4.8.3.21. Disponibilizar manual de utilização para a Consignatária, online e integrado ao sistema de consignação.

4.8.4. Funcionalidades a serem operacionalizadas pelos Servidores:

4.8.4.1. Consultar extrato detalhado das suas consignações;

4.8.4.2. Visualizar o valor da sua margem consignável e histórico;

4.8.4.3. Permitir a escolha de Consignatária para determinado produto/serviço com Margem Exclusiva, condicionando para isso a retenção e validação de margem conforme legislação vigente;

4.8.4.4. Configurar percentual de reserva de margem para determinado serviço/produto, conforme legislação vigente. Por exemplo o cartão de benefícios, cujo processamento mensal do total do cartão deve validar a reserva de margem, e o prazo da mesma, inserindo informações de registro do valor descontado no mês e status do retorno de folha;

4.8.4.5. Reservar margem consignável para autorização de cartão de benefícios;

4.8.4.6. Solicitar empréstimo, simulando valores com todas as Consignatárias para permitir a escolha. Nesta função, o Servidor poderá fazer uma solicitação de empréstimo. Ao fazê-la ele estará acionando de forma online a Consignatária escolhida que receberá em área específica as informações relativas ao valor da prestação, o montante do empréstimo e a quantidade de parcelas contratadas, visando agilizar o processo de averbação. Porém, a sua efetiva concretização só acontecerá com autorização do Servidor, através de autenticação de usuário e senha, e assinatura do referido Contrato de consignação quando exigido pela Consignatária;

4.8.4.7. Simular consignação;

4.8.4.8. Solicitar saldo devedor;

4.8.4.9. Reservar margem consignável para sindicatos e associações;

4.8.4.10. Disponibilizar via Auto-Atendimento consultas, tais como Margem Disponível, Empréstimos Contratados com todas informações detalhadas e ainda viabilizar a possibilidade de realizar simulações e pré-contratação de empréstimo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A Contratada deverá dispor de serviço contínuo de suporte técnico e de desenvolvimento para atendimento das demandas de processamentos, soluções e instabilidades ou ocorrências, e de implementação de parâmetros e melhorias de acordo com a necessidade da Contratante.

5.2. Fornecer Canal de Comunicação Web para o funcionamento do Portal de Consignação;

5.3. A Contratada deverá dispor de Serviço de Atendimento ao Servidor, de forma online, via chat e por meio de central de atendimento, via telefone sem custo para o usuário.

5.4. A Contratada deverá dispor de Serviço de Atendimento às Consignatárias, de forma online, via chat e por meio de central de atendimento, via telefone sem custo para o usuário.

5.5. A Contratada deverá dispor de serviço de Atendimento ao Gestor (Contratante) por meio de canal exclusivo e direto através de e-mail, telefone e agendamento prévio de reunião on-line ou presencial, a depender da necessidade do Contratante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório para os serviços prestados até o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que não envolvam fornecimento de equipamentos, aparelhos ou instalações sujeitas à verificação de funcionamento e produtividade.

6.2. Considerando a natureza contínua da contratação, o controle da execução dar-se-á de forma permanente, por meio de acompanhamento técnico e operacional pela equipe fiscal do contrato, com base nos indicadores de desempenho, níveis de acordo de serviço (ANS) e entregas cotidianas estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

6.3. A fase de implantação inicial do sistema, que envolve a parametrização, migração de dados e disponibilização da solução em ambiente de produção, será objeto de aceite formal, com recebimento definitivo mediante termo circunstanciado que comprove o atendimento aos requisitos técnicos previstos.

6.4. A prestação contínua dos serviços de gestão do sistema, suporte técnico, atendimento aos usuários e demais atividades contratuais será monitorada periodicamente, mediante relatórios operacionais e reuniões de acompanhamento, sem prejuízo da lavratura de termos de recebimento definitivo de marcos contratuais, se for o caso.

6.5. O recebimento definitivo de qualquer fase ou etapa contratual não exime a contratada de sua responsabilidade civil pela solidez, segurança e conformidade da execução do objeto, nem da responsabilidade técnico-profissional pela perfeita prestação dos serviços, nos termos da legislação aplicável.

6.6. Os serviços que forem executados em desacordo com as especificações técnicas ou contratuais poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, cabendo à contratada promover a correção ou o refazimento, no prazo fixado pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.7. A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) acompanhará a execução do objeto.

6.8. Caberá à DGP, dentre outros:

6.8.1. *Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;*

6.8.2. *Solicitar à CONTRATADA e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;*

6.8.3. *Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;*

6.8.4. *Propor a aplicação de penalidades à CONTRATADA;*

6.9. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1.1. A seleção da proposta mais vantajosa observará o critério de menor valor unitário ofertado por linha processada, convertido automaticamente em maior outorga a ser repassada ao TCE/PR, conforme metodologia matemática estabelecida neste Termo de Referência. Para fins de disputa, será adotado um valor máximo unitário por linha, definido com base na pesquisa de mercado realizada.

7.1.2. As licitantes deverão apresentar propostas inferiores ao valor máximo estabelecido, sendo considerada vencedora aquela que ofertar o **menor valor unitário por linha**. Em razão da fórmula de conversão adotada, esse menor valor resultará, de forma inversamente proporcional, na **maior outorga devida ao TCE/PR**, característica essencial do pregão negativo.

7.1.3. A outorga será calculada com base no **Modelo Logarítmico Invertido**, que multiplica a diferença entre o valor máximo e o valor ofertado por um fator logarítmico crescente, o qual se intensifica à medida que o valor ofertado pela licitante se aproxima de zero. Esse mecanismo reduz a probabilidade de empates e desestimula lances artificialmente baixos, garantindo maior eficiência e segurança econômica ao certame.

A fórmula da outorga por linha será:

$$\text{Outorga por linha} = (V_{\text{máx}} - p) \times \ln \left(\frac{V_{\text{máx}}}{p + \varepsilon} + 1 \right)$$

Onde:

$V_{\text{máx}}$ = valor máximo por linha processada (R\$ 2,39),

p = valor ofertado pela licitante,

ε = valor residual de correção (0,01), apenas para evitar divisão por zero.

7.1.4. A adoção da função logarítmica mantém a natureza jurídica do pregão negativo e preserva a compatibilidade com o modo de disputa do sistema Compras.gov, que opera tecnicamente com lances decrescentes (menor preço). A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná — especialmente o Acórdão nº 1848/2025 – Tribunal Pleno do TCE-PR — reconhece a validade de modelos de conversão aplicados para transformar lances de menor preço em maior vantagem econômica à Administração.

7.1.5. O critério adotado assegura vantajosidade real, na medida em que:

- a. desencoraja lances inviáveis;
- b. permite que o mercado revele sua real disposição econômica para assumir o contrato, maximizando a captura de receita ao erário;
- c. evita a necessidade de fixação de outorga mínima ou de parâmetros artificiais que poderiam restringir a competitividade.

7.1.6. Modo de disputa ABERTO/FECHADO.

7.1.7. Para fins de melhor compreensão da metodologia de julgamento, ver o [Anexo I](#).

7.2. Participação de empresas em consórcio

7.2.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, tanto no certame licitatório quanto na execução do objeto contratual, conforme explicitado no item 14 do Estudo Técnico Preliminar

7.3. Classificação como objeto comum

7.3.1. A finalidade desta contratação enquadra-se como um bem ou serviço comum, conforme estipulado pela Lei.

7.4. Requisitos de habilitação e proposta

7.4.1. Junto a proposta, o licitante deverá ainda apresentar os seguintes documentos:

7.4.1.1. Checklist de Atendimento aos Requisitos devidamente preenchido, conforme modelo constante no Anexo II deste Termo de Referência, no qual seja possível comprovar o atendimento dos requisitos técnicos.

7.4.1.2. O atendimento aos requisitos técnicos, funcionais, de segurança, desempenho e arquitetura da solução será verificado por meio de análise documental, declarações técnicas formais da licitante e comprovação objetiva das funcionalidades e características exigidas.

7.4.1.3. O Checklist de Atendimento aos Requisitos será avaliado por meio de sistema de pontuação objetiva, observando-se os seguintes critérios:

I – cada requisito atendido integralmente (“ATENDE”) corresponderá a 1 (um) ponto;

II – cada requisito atendido parcialmente (“ATENDE PARCIALMENTE”) corresponderá a 0,5 (meio) ponto;

III – cada requisito não atendido (“NÃO ATENDE”) corresponderá a 0 (zero) ponto.

7.4.1.4. Para cada requisito avaliado como “ATENDE”, a licitante deverá apresentar justificativa objetiva, acompanhada da indicação da fonte documental correspondente, tais como:

I – manual do usuário ou manual técnico;

II – documentação oficial do fabricante/desenvolvedor;

III – política de segurança, privacidade ou compliance;

IV – certificado ou relatório técnico;

V – print, link, página ou referência objetiva do documento apresentado;

VI – atestado ou declaração que comprove a funcionalidade em ambiente produtivo.

7.4.1.5. A marcação da opção “ATENDE PARCIALMENTE” será admitida exclusivamente nos casos em que a licitante demonstre, por meio de justificativa técnica e documentação comprobatória, que a funcionalidade ou característica exigida é atendida de forma incompleta, mitigada ou alternativa, sem prejuízo relevante à execução do objeto como um todo.

7.4.1.6. Para fins de aceitabilidade técnica da proposta, será exigido o alcance mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) da pontuação máxima possível, considerando o somatório dos pontos obtidos em todos os requisitos do Checklist.

7.4.1.7. A ausência de atendimento, a inconsistência de informações ou a insuficiência de comprovação quanto a determinado requisito poderá ensejar a realização de diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para esclarecimento ou complementação de informações ou documentação já apresentada.

7.4.1.8. Não sendo sanadas as inconsistências ou permanecendo a pontuação final inferior ao mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) após a diligência realizada, a proposta será desclassificada, nos termos do edital.

7.4.1.9. As informações prestadas nos quadros de avaliação vinculam a licitante e, posteriormente, a Contratada, produzindo efeitos legais e contratuais.

7.4.1.10. A constatação de declaração falsa, inconsistência relevante ou não atendimento aos requisitos declarados caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a Contratada às penalidades previstas na legislação e no contrato.

7.4.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

7.4.2.1. Documentação ordinária, em conformidade com os artigos 66, 68 e 70 da Lei nº 14.133/21.

7.4.3. Documentos relativos à qualificação técnica:

7.4.3.1. Certificado de Registro de Programa de Computador emitido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em nome da contratada ou com cessão formal de uso, nos termos da Lei nº 9.609/1998;

7.4.3.2. Contrato social ou estatuto social da empresa, com cláusula que comprove a titularidade do sistema quando este tiver sido desenvolvido internamente pela própria contratada;

7.4.3.3. Declaração formal de titularidade e inexistência de litígios sobre a propriedade intelectual do software, assinada por representante legal da empresa, acompanhada de documentação técnica que comprove autoria, desenvolvimento exclusivo ou cessão válida da solução;

7.4.3.4. Nos casos de cessão de direitos ou aquisição de sistemas de terceiros, deverão ser anexados os respectivos contratos de licenciamento ou cessão, acompanhados da documentação comprobatória da regularidade da cadeia de titularidade.

7.4.3.5. Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o(s) lote(s) arrematado(s).

7.4.3.6. Considera-se compatível o processamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do número médio de linhas mensais processadas pelo TCE/PR, o que representa 300 linhas.

7.4.3.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

7.4.3.8. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante (ou fornecedora).

7.4.3.9. O licitante (ou o fornecedor) disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto do contrato, entre outros documentos.

7.4.3.10. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

7.4.3.11. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

7.4.3.12. Sem prejuízo das exigências constantes do item 5 deste Termo de Referência, serão exigidos os seguintes requisitos especiais de Qualificação Técnico-Profissional:

7.4.3.12.1. Indicação de profissional responsável técnico, devidamente registrado no respectivo conselho de classe, em plena validade, compatível com as atividades a serem desenvolvidas, quando houver órgão de classe aplicável à atividade desempenhada.

7.4.3.13. O proponente quando solicitado pelo TCE/PR, disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

7.4.3.14. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da proponente, nem pela própria proponente.

7.4.3.15. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da proponente empresas por ela controladas ou empresas controladoras da proponente, ou empresas que tenham, no mínimo, uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente do atestado e da proponente.

7.4.3.16. Quando faltar informação no atestado ou existir dúvida em relação à sua veracidade, serão solicitados documentos comprobatórios, tais como: cópias de notas fiscais, recibos, contratos, nota de empenho, os quais deverão ser enviados por e-mail, em até 4 (quatro) horas, contadas da solicitação, e seus originais ou cópias autenticadas encaminhados, via correio, em até 48 horas após a solicitação.

7.4.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

7.4.4.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

7.4.4.2. Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços

provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.4.4.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício social referentes ao período de existência da sociedade.

7.4.4.4. A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

7.4.4.4.1. Para as Sociedades Anônimas (ou por Ações), as Sociedades em Comandita por Ações e as Sociedades de Grande Porte nos termos do art. 3º da Lei n. 11.638/2007, todas regidas pela Lei n. 6.404/1976, será considerado na forma da lei o Balanço Patrimonial apresentado por meio de uma das seguintes formas: i. publicado em Diário Oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou ii. publicado em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia; ou iii. por cópia da escrituração contábil em formato digital ou não-digital;

7.4.4.4.2. Para as Sociedades Limitadas, Sociedades Limitadas Unipessoais (antigas Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada) e demais tipos de empresas, será considerado na forma da lei o Balanço Patrimonial apresentado por meio de cópia da escrituração contábil em formato digital ou não-digital.

7.4.4.4.3. Para as organizações não sujeitas a registro em Juntas Comerciais, serão consideradas na forma da lei o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado de Exercício apresentados por meio de cópia da escrituração contábil em formato digital ou não-digital.

7.4.4.4.4. As empresas com escrituração em formato digital deverão apresentar a impressão dos seguintes arquivos gerados pelo SPED Contábil da Receita Federal: (a) Termo de Autenticação (Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital-ECD gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital SPED); (b) Termo de Abertura e Encerramento; (c) Balanço Patrimonial; (d) Demonstração do Resultado do Exercício.

7.4.4.4.5. As empresas com escrituração em formato não-digital deverão apresentar as cópias do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício extraídos das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticadas pelo órgão de registro público competente da sede ou domicílio do licitante (Junta Comercial ou em outro órgão equivalente), em conjunto com os competentes Termos de Abertura e de Encerramento, todos evidenciando a correta ordem sequencial de extração do Livro Diário.

7.4.4.5. O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG = Liquidez Geral – superior a 1

SG = Solvência Geral – superior a 1

LC = Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

$SG = AT / (PC + ELP)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

7.4.4.6. Quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1, comprovação de patrimônio líquido ou capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação.

7.4.4.7. O balanço patrimonial e as demonstrações de exercício social deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.4.5. Documentos relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista:

7.4.5.1. Necessário Cadastro ou Habilitação junto ao SICAF ou GMS/CFPR;

7.4.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.4.5.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

7.4.5.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

7.4.5.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.4.5.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito

ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

7.4.5.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.4.5.8. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.4.5.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.4.5.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.5.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

7.4.5.12. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.4.5.13. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.4.5.14. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

7.4.5.15. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

7.4.5.16. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

8. ASPECTOS CONTRATUAIS

8.1. Subcontratação

8.1.1. A vedação fundamenta-se na natureza **unitária, integrada e crítica** da solução tecnológica a ser adotada pelo TCE/PR. A operação do sistema demanda **controle exclusivo e direto da contratada**, especialmente quanto aos elementos relacionados à segurança da informação, integridade das transações, governança de acesso e interoperabilidade com os sistemas institucionais de folha de pagamento do Tribunal.

8.1.2. A não fragmentação do objeto decorre da necessidade de **funcionamento harmônico entre todos os módulos e serviços**, incluindo processamento da margem, validações, trilhas de auditoria, comunicações com consignatárias e atendimento das rotinas internas da Diretoria de Gestão de Pessoas. Qualquer forma de descentralização comprometeria a integridade da solução e elevaria os riscos operacionais, o que contraria a boa prática administrativa e o disposto nos arts. 11 e 12 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.3. Excepcionalmente, admite-se a subcontratação de **serviços de hospedagem em nuvem**, dada a natureza SaaS (Software as a Service) da solução, desde que previamente autorizada pela Administração. Trata-se de prática intrínseca ao mercado de tecnologias

para gestão de consignações, sendo inviável exigir que a contratada mantenha estrutura própria de data center sem comprometer significativamente o custo, a escalabilidade e a própria competitividade do certame.

8.1.4. A autorização para subcontratação de ambientes de nuvem ficará condicionada à comprovação de que o provedor possui certificação **ABNT NBR ISO/IEC 27001** (Sistema de Gestão de Segurança da Informação) vigente.

8.1.5. Além da certificação, a licitante deverá apresentar o contrato de prestação de serviços com o provedor de nuvem e evidências de que a hospedagem subcontratada **não comprometerá a segurança, o desempenho, a disponibilidade, a integridade das informações ou os Acordos de Nível de Serviço (SLA)** previstos neste Termo de Referência.

8.1.6. De acordo com o art. 122, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, é vedada a subcontratação de hospedagem em nuvem junto a pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigentes do TCE/PR, servidores diretamente envolvidos no processo licitatório ou na gestão do contrato, ou que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau dessas pessoas.

8.1.7. A contratada principal permanecerá **integral e solidariamente responsável** pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas da subcontratada, nos termos do art. 60, § 5º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e demais normas aplicáveis.

8.1.8. Qualquer falha, omissão ou descumprimento por parte da empresa de hospedagem será imputado diretamente à contratada principal. A contratada responderá pela totalidade das obrigações contratuais e legais, sem prejuízo do seu direito de regresso contra a subcontratada.

8.2. Obrigações do CONTRATANTE

8.2.1. *Receber o objeto da presente contratação no local, prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como na proposta da Contratada;*

8.2.2. *Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado neste Termo de Referência, bem como na proposta;*

8.2.3. *Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido com as especificações constantes deste Termo de Referência, bem como da proposta, para fins de aceitação e, para o recebimento definitivo;*

8.2.4. *Comunicar ao contratado, por escrito, as inconsistências, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;*

8.2.5. *Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;*

8.2.6. *Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;*

8.2.7. *Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.*

8.3. Obrigações da CONTRATADA

8.3.1. *Executar os serviços conforme especificações contidas no presente Termo de Referência, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos na qualidade e quantidade necessárias;*

8.3.2. *Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, inconsistências ou incorreções resultantes da execução ou falhas da ferramenta disponibilizada;*

8.3.3. *Disponibilizar colaboradores habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, e devidamente vinculados à contratada;*

8.3.4. *Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;*

8.3.5. *Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;*

8.3.6. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;*

8.3.7. *Manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para qualificação;*

8.3.8. *Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;*

8.3.9. *Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;*

8.3.10. *Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando houver:*

8.3.10.1. *Alteração qualitativa do serviço ou de suas especificações pela Administração;*

8.3.10.2. *Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;*

8.3.10.3. *Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;*

8.3.10.4. *Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;*

8.3.10.5. *Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.*

8.3.10.6. *A contratada responderá por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, vinculados à execução do termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados.*

8.3.11. *São obrigações da Contratada, relacionadas ao sistema informatizado a ser disponibilizado:*

8.3.11.1. *A Contratada deve estar apta e trabalhar de acordo com os padrões e normas tecnológicas estabelecidos pela CONTRATANTE, naquilo que se fizer necessário. Isso inclui protocolos de segurança da informação, conformidade com legislações específicas, padrões de interoperabilidade, entre outros.*

8.3.12. *Observar as normas, processos e procedimentos internos do contratante no que concerne a Políticas e Metodologias aplicáveis à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, Desenvolvimento e Sustentação de Software, Segurança da Informação e Privacidade de Dados;*

8.3.13. *Prestar os serviços necessários de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa para assegurar o funcionamento do sistema de maneira eficiente e segura, incluindo atualizações de software, monitoramento de uso e compatibilidade das funcionalidades do sistema e suporte técnico sempre em acordado previamente com o TCE-PR;*

8.3.14. *Entregar ao fim de cada mês um relatório em que conste todo o histórico dos chamados realizados no mês, atendidos, em atendimento, tempo de resolução e índices;*

8.3.15. *Apresentar termo de compromisso e confidencialidade relativo às exigências do inciso anterior, quando solicitado pela contratante;*

8.3.16. *Apresentar evidências que indicam a aplicação de um conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para proteção de dados pessoais, conforme legislação vigente;*

8.3.17. *Manter registros de tratamento de dados pessoais, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;*

8.3.18. *Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado, cuja necessidade esteja pautada no exercício das atribuições inerentes à execução do objeto contratual e que tenha assumido compromisso formal de preservação da confidencialidade e segurança de tais dados, disponibilizando tal compromisso caso exigido pelo contratante;*

8.3.18.1. *Permitir a realização de auditorias, bem como disponibilizar toda informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações firmadas em torno da proteção de dados pessoais.*

8.3.19. *Auxiliar o contratante no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, legítimos interessados e autoridades competentes;*

8.3.20. *Comunicar, formal e tempestivamente, o contratante sobre a ocorrência de riscos, ameaças ou incidentes de segurança que possam acarretar comprometimento ou danos a titular de dados pessoais;*

8.3.21. *Descartar, de forma irrecuperável, ou devolver ao contratante, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade contratual que justificava a manutenção dos referidos dados;*

8.3.22. *Indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais;*

8.3.23. *A solução tecnológica deverá contemplar forma de transferência de dados e demais procedimentos necessários para encerramento do contrato, a fim de garantir a segurança da transição contratual, conforme todas as obrigações da contratada;*

8.3.23.1. *Ao final da vigência do contrato, ou a qualquer momento com antecedência, de no máximo 07 (sete) dias corridos, a Contratada deverá disponibilizar cópia dos dados referentes ao objeto, acompanhado de leiaute e dicionário de dados, para que seja possível executar extração estruturada das informações por parte da Contratante.*

8.4. Fluxo Financeiro e Remuneração

8.4.1. A Contratada será remunerada exclusivamente pelas consignatárias, mediante cobrança por linha de consignação efetivamente processada. Tal remuneração deve

abranjer todas as funcionalidades, serviços e parametrizações essenciais ao adequado funcionamento do sistema, nos moldes do escopo definido neste contrato, inclusive eventuais ajustes decorrentes de alterações legais ou normativas supervenientes.

8.4.1.1. *O valor máximo por linha será de R\$ 2,39 (dois reais e trinta e nove centavos) por linha processada, conforme estipulado neste Termo de Referência.*

8.4.1.2. A Contratada poderá negociar livremente com as consignatárias o valor da linha, até o limite máximo definido acima.

8.4.1.3. Todas as consignações processadas por meio do sistema poderão ser objeto de cobrança pela Contratada junto às consignatárias, observado o valor máximo por linha estabelecido neste Termo de Referência.

8.4.1.4. Não há, para fins deste contrato, previsão de isenção de cobrança em razão da natureza da consignação, do tipo de produto ou da categoria da consignatária, ressalvadas exclusivamente as hipóteses expressamente previstas neste instrumento.

8.4.2. A Contratante não efetuará qualquer pagamento à Contratada, seja a título de remuneração pelos serviços prestados, seja por qualquer outra despesa decorrente da execução contratual.

8.4.3. Recolhimento de Outorga à Contratante.

8.4.4. Cabe à Contratada repassar mensalmente à Contratante o valor correspondente à outorga, calculado pela aplicação da fórmula prevista neste instrumento, mediante depósito em conta vinculada ao Fundo Especial de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – FETC/PR, nos termos do inciso VIII do art. 103 da Lei Complementar nº 113/2005. A outorga mensal corresponderá ao resultado da multiplicação do valor unitário de outorga ofertado pela licitante pela quantidade de linhas efetivamente processadas no respectivo mês, conforme fórmula a seguir:

$$\text{Outorga por linha} = (\text{Valor Máximo} - \text{Valor Ofertado}) * \text{LN}((\text{Valor Máximo} / (\text{Valor Ofertado} + 0,01)) + 1)$$

Onde:

No Excel (PT-BR), considerando:

- **A1** = Valor Máximo por linha (R\$ 2,39)
- **B1** = Valor ofertado pela Contratada

a fórmula da Outorga por linha deverá ser implementada da seguinte forma:

$$=ARRED((A1-B1) * LN((A1/(B1+0,01)) + 1);2)$$

A outorga mensal será então calculada conforme a fórmula:

$$\text{Outorga Mensal} = \text{Outorga por linha} \times \text{Quantidade de Linhas Processadas no Mês}$$

8.4.5. O repasse mensal da outorga deverá ser realizado pela Contratada até o vigésimo (20º) dia do mês subsequente ao da competência, prazo este estabelecido para permitir a consolidação, conferência e validação dos relatórios de linhas efetivamente processadas no período.

8.5. Vigência

8.5.1. Por se tratar de serviços de fornecimento contínuo e que abrangem procedimentos de solução tecnológica e técnico-comercial integrada ao Sistema de Folha de Pagamento, o prazo de vigência será de 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 106 da Lei 14.133/2021, bem como do Art. 405 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

8.5.2. O prazo poderá ser prorrogado por interesse das partes, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021 e do Art. 406 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

8.6. Obrigações Pertinentes à LGPD

8.6.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

8.6.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

8.6.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

8.6.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

8.6.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.6.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.6.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.6.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.6.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.6.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.7. Reajuste

8.7.1. O valor por linha processada, inicialmente contratado, é fixo e irreajustável no prazo de um ano, contado da assinatura do contrato.

8.7.2. Após o interregno de um ano, contado a partir da data-base do orçamento estimativo utilizado pela Administração para elaboração do preço de referência (março/2026) o valor inicial poderá ser reajustado conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, nos termos do artigo noventa e dois, parágrafo quarto, da Lei Federal número quatorze mil cento e trinta e três de dois mil e vinte e um.

8.7.3. Os reajustes subsequentes seguirão o mesmo critério, respeitando o intervalo mínimo de doze meses a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.7.4. Considerando que o valor por linha processada constitui parâmetro para o cálculo de outorga contratual a ser repassada à Contratante, o valor da outorga também será irreajustável pelo prazo mínimo de doze meses, contado a partir da data-base do orçamento estimativo utilizado pela Administração, (março /2026).

8.7.5. Findo esse prazo, o valor da outorga poderá ser reajustado conforme a variação do IPCA, ou outro índice oficial que o substitua, mantendo o interregno de um ano.

8.7.6. Os reajustes da outorga observarão o intervalo mínimo de doze meses a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.7.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a importância será calculada pela última variação conhecida, liquidando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.7.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.7.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7.11. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

8.7.12. *Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.*

8.7.13. *A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.*

8.7.14. *Se, juntamente do reajustamento, houver necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.*

8.7.15. *Eventuais alterações na legislação tributária que modifiquem a forma de cálculo, a base de incidência ou as alíquotas dos tributos incidentes sobre a execução contratual, inclusive aquelas decorrentes de reforma tributária ou mudança do regime de tributação “por dentro” para “por fora”, não autorizam, por si sós, alteração automática dos valores pactuados.*

8.7.15.1. *Nessas hipóteses, a Contratada poderá requerer a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação correlata, desde que comprovado que a alteração ocorreu à revelia de sua vontade e que produziu impacto efetivo nos custos da execução contratual.*

8.8. Garantia de execução contratual

8.8.1. *Não haverá exigência relativa à garantia de execução do objeto.*

8.9. Contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

8.9.1. Não se aplica, na presente contratação, qualquer das modalidades de tratamento diferenciado previstas no art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, nos termos do art. 49 do mesmo diploma legal. A decisão encontra fundamento no conjunto de elementos técnicos e jurídicos avaliados durante o planejamento da contratação, conforme se detalha a seguir.

a) O objeto desta contratação consiste na disponibilização e operação de **solução tecnológica especializada**, exigindo arquitetura robusta, alta disponibilidade, segurança

da informação, capacidade de integração com sistemas institucionais de folha de pagamento e atendimento a requisitos regulatórios específicos. Tais características **demandam infraestrutura e expertise técnica avançadas**, não compatíveis com o porte operacional de microempresas e empresas de pequeno porte.

b) A possibilidade de **parcelamento do objeto** foi analisada e descartada, pois a solução contratada possui natureza **integrada e indivisível**, envolvendo plataforma única, base de dados centralizada, unificação das regras de margem consignável, atendimento simultâneo a diversas áreas internas e integração sistêmica obrigatória. Sua fragmentação comprometeria a continuidade do serviço, a segurança transacional e o cumprimento dos requisitos legais, afastando a aplicação do art. 48, III, da LC 123/2006.

c) A **subcontratação** de parcelas do objeto também é vedada neste Termo de Referência, considerando que a operação da solução demanda controle unificado, governança técnica própria e responsabilização direta por parte da contratada. Assim, não se aplica a prerrogativa do art. 48, §4º, da LC 123/2006, que permitiria eventual subcontratação de ME ou EPP.

d) A **pesquisa de mercado** realizada no âmbito do Estudo Técnico Preliminar identificou que os fornecedores atualmente atuantes no segmento de gestão e administração de margem consignável possuem porte médio ou grande, não havendo oferta concorrencial por microempresas ou empresas de pequeno porte. A exclusão do benefício não afeta a competitividade, pois não existe, no mercado atual, ME ou EPP apta a fornecer solução equivalente.

8.9.2. Dessa forma, a aplicação compulsória do tratamento favorecido às ME e EPP **não se mostra compatível** com a realidade técnico-operacional do objeto e **poderia comprometer a adequada execução contratual**, em afronta aos princípios da segurança jurídica, isonomia, vantajosidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.10. Rescisão contratual

8.10.1. O contrato pode ser extinto antes que as obrigações nele estabelecidas sejam cumpridas ou antes do prazo fixado, com base nos motivos previstos no artigo 137 da Lei

nº 14.133/2021, bem como por meio de entendimento mútuo, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.10.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das sanções administrativas.

8.11. Sanções administrativas

8.11.1. O contratado que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

8.11.2. O valor base para cálculo da multa será de R\$ 86.040,00 (oitenta e seis mil e quarenta reais), obtido através da multiplicação do valor unitário estimado da linha processada para a contratação de R\$ 2,39 (dois reais e trinta e nove centavos), conforme pesquisa de preços contida no Estudo Técnico Preliminar, a quantidade estimada de linhas a serem processadas por mês (600 linhas) e o número máximo de meses da contratação (60 meses), sem prejuízo do disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

$$B = (VULP \times QLP) \times D$$

$$B = (2,39 \times 600) \times 60$$

$$B = 86.040,00$$

Onde:

- **B** representa o valor base para cálculo da multa.
- **VULP** representa o valor unitário estimado da linha processada para a contratação.
- **QLP** representa a quantidade mínima de linhas a serem processadas.
- **D** representa o número máximo de meses de duração da contratação

8.11.3. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor a que se refere o item **8.11.2**, observando ainda as seguintes variações:

8.11.3.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

8.11.3.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

8.11.3.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

8.11.4. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

8.11.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor a que se refere o **item 8.11.2**, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

8.11.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

8.11.7. Nos casos não previstos neste contrato, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

8.11.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, no procedimento de seleção do fornecedor e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

8.11.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

Curitiba, 22 de maio de 2026

Documento assinado digitalmente.

MYLENE KARIN BRAATZ TOPPEL REINALDIM
SUPERVISOR DA FOLHA DE PAGAMENTO
Matrícula nº 51.465-9

Documento assinado digitalmente.

LARISSA CAMPOS
GERENTE DE PROJETO
Matrícula nº 51.448-9

Documento assinado digitalmente.

VIVIANELI ARAUJO PRESTES
DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS
Matrícula nº 51.640-6

Documento assinado digitalmente.

GUSTAVO RIBEIRO DORTAS
SUPERVISOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Matrícula nº 52.117-5

ANEXO I – SIMULAÇÃO DE OUTORGA PELO MODELO LOGARÍTMICO INVERTIDO

1. Finalidade deste anexo

O presente Anexo tem a finalidade de **explicar** como funciona o **Modelo Logarítmico Invertido**, adotado pelo TCE/PR para converter o valor ofertado por linha processada (p) na outorga devida à Administração.

Este Anexo serve como ferramenta de compreensão da mecânica da disputa.

2. Conceito geral

No pregão eletrônico tradicional, vence quem apresenta o menor preço. Já no **pregão negativo**, o menor preço ofertado é convertido em **maior benefício ao órgão público**.

O Modelo Logarítmico Invertido aperfeiçoa essa conversão, aplicando:

1. A diferença entre o valor máximo (v_{\max}) e o valor ofertado (p);
2. Um **fator logarítmico de penalização**, que cresce à medida que p se aproxima de zero.

Isso significa que:

- valores mais altos (próximos de v_{\max}) geram pequenas outorgas;
- valores medianos geram outorgas moderadas;
- valores muito baixos geram outorgas **exponencialmente maiores**, tornando lances agressivos (próximos de R\$ 0,00 por linha) economicamente desvantajosos.

3. Fórmula de cálculo da outorga

A fórmula geral é:

$$\text{Outorga por linha} = (v_{\text{máx}} - p) \times \ln \left(\frac{v_{\text{máx}}}{p + \varepsilon} + 1 \right)$$

Onde:

Símbolo	Significado
$v_{\text{máx}}$	Valor máximo por linha (R\$ 2,39)
p	Valor ofertado pela licitante
ε	Valor residual (0,01) para evitar divisão por zero
\ln	Logaritmo natural

4. Fórmula utilizada na planilha eletrônica (Excel – PT/BR)

Considerando:

- **D19** = valor máximo da linha (ex.: 2,39)
- **E19** = valor ofertado pela licitante

A fórmula da outorga por linha é:

- =ARRED((D19-E19) * LN((D19/(E19+0,01)) + 1);2)

A outorga mensal resulta de:

- Outorga Mensal = Outorga por linha × Quantidade de linhas processadas no mês

5. Simulações práticas da fórmula

Para facilitar a compreensão, seguem simulações aplicando a fórmula logarítmica a diferentes valores ofertados por linha, considerando:

- v_{max} = R\$ 2,39
- 600 linhas/mês

- 60 meses de contrato

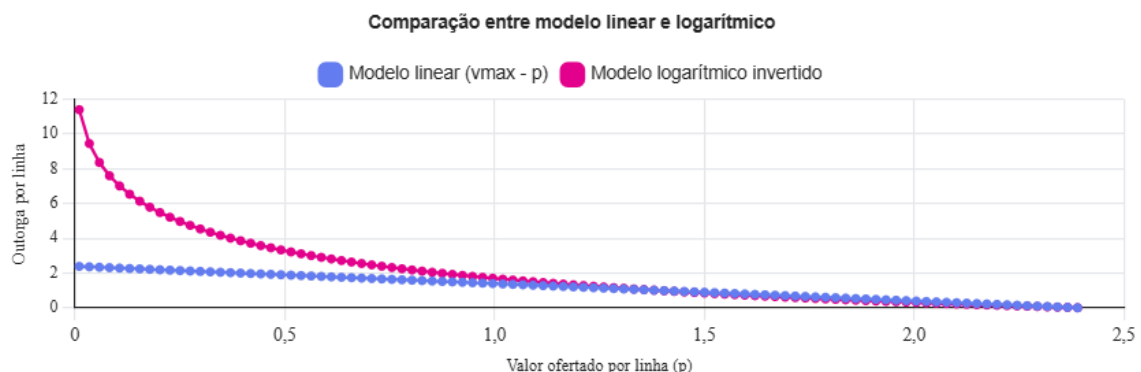
Valor ofertado valor máximo por linha (p) sobre 2,39)	Outorga por linha (R\$)	Outorga mensal (R\$)	Outorga total em 60 meses (R\$)	% do (aprox.)
R\$ 2,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
R\$ 2,10	R\$ 0,22	R\$ 132,00	R\$ 7.920,00	9,2%
R\$ 1,80	R\$ 0,50	R\$ 300,00	R\$ 18.000,00	20,9%
R\$ 1,50	R\$ 0,84	R\$ 504,00	R\$ 30.240,00	35,1%
R\$ 1,20	R\$ 1,30	R\$ 780,00	R\$ 46.800,00	54,4%
R\$ 0,90	R\$ 1,92	R\$ 1.152,00	R\$ 69.120,00	80,3%
R\$ 0,60	R\$ 2,85	R\$ 1.710,00	R\$ 102.600,00	119,2%
R\$ 0,40	R\$ 3,82	R\$ 2.292,00	R\$ 137.520,00	159,8%
R\$ 0,20	R\$ 5,51	R\$ 3.306,00	R\$ 198.360,00	230,5%

Observe que:

- valores médios (1,50; 1,20) continuam resultando em outorgas proporcionais, enquanto valores ofertados muito próximos de zero fazem a outorga ao tribunal crescer de maneira exponencial;

6. Gráfico ilustrativo – Comportamento da curva logarítmica

A curva abaixo mostra como a outorga cresce à medida que o valor ofertado por linha se aproxima de zero.



No gráfico, observa-se que:

- A curva do **modelo linear** ($v_{\text{max}} - p$) é uma reta decrescente: a outorga cresce de forma uniforme à medida que a oferta diminui.
- A curva do **modelo logarítmico invertido** cresce de modo muito mais acelerado na região de valores baixos de p , tornando lances próximos de zero extremamente onerosos em termos de outorga.

ANEXO II - CHECKLIST DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS

Pregão nº _____/_____))

Este Anexo tem por finalidade registrar, de forma objetiva e verificável, o atendimento aos requisitos técnicos, funcionais, operacionais e de segurança estabelecidos no Termo de Referência para a contratação de solução informatizada para gestão de margem consignável e controle de consignações.

O Checklist de Atendimento aos Requisitos deverá ser integralmente preenchido pela licitante e apresentado juntamente com a proposta, contemplando, para cada requisito, a indicação de “ATENDE” ou “NÃO ATENDE”, acompanhada de justificativa técnica objetiva e da respectiva referência documental que comprove a informação declarada.

As informações prestadas neste Anexo vinculam a licitante e, posteriormente, a contratada, produzindo efeitos legais e contratuais. A constatação de declaração falsa, inconsistência relevante ou não atendimento aos requisitos declarados caracterizará descumprimento contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, no edital e no contrato.

O Checklist de Atendimento aos Requisitos será avaliado por meio de sistema de pontuação objetiva, observando-se os seguintes critérios:

I – cada requisito atendido integralmente (“ATENDE”) corresponderá a 1 (um) ponto;

II – cada requisito atendido parcialmente (“ATENDE PARCIALMENTE”) corresponderá a 0,5 (meio) ponto;

III – cada requisito não atendido (“NÃO ATENDE”) corresponderá a 0 (zero) ponto.

A marcação da opção “ATENDE PARCIALMENTE” será admitida exclusivamente nos casos em que a licitante demonstre, por meio de justificativa técnica e documentação comprobatória, que a funcionalidade ou característica exigida é atendida de forma incompleta, mitigada ou alternativa, sem prejuízo relevante à execução do objeto como um todo.

Para fins de aceitabilidade técnica da proposta, será exigido o alcance mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) da pontuação máxima possível, considerando o somatório dos pontos obtidos em todos os requisitos do Checklist.

A ausência de atendimento, a inconsistência de informações ou a insuficiência de comprovação quanto a determinado requisito poderá ensejar a realização de diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para esclarecimento ou complementação de informações ou documentação já apresentada.

Não sendo sanadas as inconsistências ou permanecendo a pontuação final inferior ao mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) após a diligência realizada, a proposta será desclassificada, nos termos do edital.

1. REQUISITOS TECNOLÓGICOS

Arquitetura, Tecnologia, Compatibilidade e Desempenho				
Arquitetura, Tecnologia, Compatibilidade e Desempenho	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
Funcionamento em ambiente em nuvem; Software as a Service (SaaS), dedicado, com acesso via web; sendo a instalação e hospedagem da solução de responsabilidade do prestador.				
Ambiente em nuvem Software as a Service (SaaS) deverá ter banco de dados em servidor dedicado, sendo que, o acesso dos dados pelo sistema deverá ser realizado através de rede privada.				
O acesso a solução deverá ser realizado por canal de comunicação seguro utilizando o protocolo HTTPS.				
Licenciamento				
Licenciamento	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
Todos os softwares e licenças necessários para a prestação dos serviços são de responsabilidade do fornecedor, inclusive os softwares de monitoração, backup/restore, aferição dos níveis de serviço, segurança da informação, sistemas operacionais e bancos de dados e sistemas parceiros.				
Segurança				
Segurança	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
Solução deverá solicitar usuário e senha para acesso, não permitindo acesso simultâneo, utilizando mesmo usuário e senha.				
A solução deverá possuir níveis de permissões de acesso para diferentes perfis de usuários, garantindo confidencialidade das informações.				
Solução deverá possuir funcionalidade de proteção contra ataques por força bruta, que visa descobrir usuário ou a senha para obter acesso ao sistema.				

Proteção contra Upload de Arquivos Executáveis e de Script, a aplicação deve implementar medidas robustas de segurança para prevenir o upload não autorizado de arquivos executáveis e de script, como arquivos .exe, .php, .js e outros que possam oferecer riscos a aplicação.				
Eventos de segurança de informação devem ser comunicados através de canais predefinidos de comunicação, de maneira rápida e eficiente, e de acordo com os requisitos legais, regulatórios e contratuais.				
Logs de auditoria do fornecedor que registrem atividades de acesso de usuários privilegiados, tentativas de acesso autorizadas e não autorizadas, exceções do sistema, e eventos de segurança da informação devem ser mantidos em conformidade com as políticas e regulamentos aplicáveis, e devem estar de acordo com as políticas do TCE-PR, ou serem definidas de comum acordo.				
Manutenção e Suporte	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
O sistema deve estar hospedado em ambiente que permita que seja ajustado conforme a utilização e demanda, seguindo o conceito aplicado em Ambientes de Nuvem, com finalidade de evitar que o ambiente fique indisponível ou ocorram dificuldades de acesso devido a eventual lentidão que seja percebida.				
Os provedores, quando fora do território nacional, estejam amparados por legislações estrangeiras que ofereçam um grau de proteção de dados pessoais equivalente à nossa LGPD. De outra forma, poderíamos enfrentar questões delicadas sobre guarda de dados, confidencialidade etc.				
O provedor utilizado para hospedagem da aplicação também deve possibilitar implementar ferramentas e processos que garantam a inviolabilidade do sistema e seus dados, visando impedir que os dados armazenados no sistema sejam utilizados de forma indevida, vazados ou que ocorram acessos indevidos ou não autorizados.				
Backup e Restore				
Backup e Restore	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Os backups dos dados deverão ficar armazenados de forma criptografada, em localidade geograficamente distinta do Data Center. Também deverão ter registros (logs) das atividades de backup e restore para monitoramento.				
O sistema de backup deverá permitir e suportar a implementação da seguinte política de backup: - Backup diário incremental com retenção de 15 dias corridos; - Backup full semanal com retenção de 30 dias corridos.				
Disponibilidade				
Disponibilidade	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
A solução deverá possuir arquitetura e desempenho suficiente para atender ao volume de usuários, dados e transações demandados pelo TCE-PR, sem degradação de desempenho.				
A solução deverá possuir arquitetura na modalidade "scale", ou seja, ser possível adicionar nós ou máquinas virtuais de acordo com a necessidade de performance, números de usuários conectados de forma simultânea.				
Comprovar o processamento de pelo menos 300 linhas em convênios vigentes.				

2. REQUISITOS DE SOFTWARE

Interface e funcionalidades				
Ambiente de gestão da margem consignada e dos descontos facultativos	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
Consultar as consignações realizadas pelos Consignantes.				
Suspender consignações efetuadas pelos Consignantes.				
Realizar alterações nas consignações dos Consignantes em decorrência de decisão judicial.				
Desliquidar contratos.				
Transferir consignação.				
Manter os dados das empresas Consignatárias.				
Manter a tabela de Órgãos/Entidades do Estado.				
Manter os dados dos Consignantes.				
Bloquear/desbloquear Instituições Consignatárias.				

Bloquear/desbloquear Órgãos/entidades.				
Bloquear/desbloquear consignantes.				
Manter perfis de usuários Gestores.				
Manter o número de parcelas para desconto por produto/serviço.				
Definir o prazo de carência para desconto por produto/serviço.				
Registrar e consultar log das transações efetuadas no sistema.				
Gerar relatório por Consignatária, totalizando quantidades e valores realizados.				
Gerar relatórios com a movimentação financeira mensal de todas as Consignatárias.				
Gerar relatórios por status de contrato, servidor.				
Gerar relatório de cartão de benefícios (reserva de margem e lançamentos).				
Configurar percentual de reserva de margem para determinado serviço/produto, conforme legislação vigente.				
Gerar relatório de comprometimento de margem.				
Gerar relatório de contratos em carência.				
Gerar relatórios de contratos suspensos.				
Restringir consulta de margem mediante autorização por senha.				
Disponibilizar o histórico das margens dos Consignantes.				
Disponibilizar manual de utilização para o gestor, online e integrado ao sistema de consignação.				
Automatizar a reimplantação de contratos não descontados pela folha de pagamentos, podendo escolher entre preservar ou não a parcela não Descontada.				
Parametrizar prazos para confirmação de reservas.				
Liquidar contratos de produto/serviço de Consignantes do seu Órgão, conforme legislação vigente.				
Parametrizar prazos diferentes para consignatárias de mesmo produto (Sindicatos e associações).				
Configurar percentual de reserva de margem para determinado serviço/produto, conforme legislação vigente. Por exemplo o cartão de benefícios, cujo processamento mensal do total do cartão deve validar a reserva de margem, e o prazo da mesma, inserindo informações de registro do valor descontado no mês e status do retorno de folha.				

Permitir o bloqueio de função específica por usuário e produto permitindo que determinados usuários sejam configurados para realizarem operações apenas para serviços específicos.				
Permitir o controle e a parametrização dos limites superiores das taxas praticadas pelas consignatárias (taxas de juros ou de Custo Efetivo Total – CET).				
Funções para Consignatárias	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
Efetuar consignação com respectiva dedução da margem consignável, em tempo real, emitindo documento(s) de autorização, para ser assinado/autorizado pelo Consignante e Consignatária e numerado para permitir posterior consulta via sistema.				
Consultar suas consignações específicas.				
Disponibilizar a liquidação de consignação, liberando imediatamente o valor bloqueado da margem consignável.				
Suspender consignações efetuadas para um determinado Consignante.				
Alterar prazo e valor de um determinado contrato, exigir autorização do consignorante se alteração for para maior.				
Efetuar renegociação de contratos, realizando em apenas uma operação a liquidação do contrato antigo e a inserção do contrato novo. A operação deve gerar novo número de Certidão/ADE, as duas operações deverão ser encaminhadas no Arquivo Movimento para a folha de pagamento.				
Realizar a importação de arquivos de lote de inclusões/alterações/exclusões de contratos.				
Manter usuários e perfis de usuários específicos da própria Consignatária.				
Definir prazo de carência para desconto por produto/serviço.				
Gerar relatórios com a movimentação financeira de consignação mensal da própria Consignatária.				
Gerar relatórios com as informações do processamento mensal da folha dos seus contratos.				
Gerar relatórios com as informações dos seus contratos não descontados pela folha.				
Disponibilizar manual de utilização para a Consignatária, online e integrado ao sistema de consignação.				

Reter a reserva de margem consignável durante o prazo de carência da operação.				
Permitir cadastro de CET para tabela de ranking e para validação de contratos.				
Permitir realizar operações contínuas de inclusão/exclusão/renegociação de contratos durante todo o mês, independente das datas de referência da folha de pagamento.				
Disponibilizar módulo de portabilidade de contratos de acordo com as normas do Bacen.				
Disponibilizar módulo de gestão de cartão de benefícios, contemplando autorização de cartão com retenção de margem, e processamento mensal de despesas com validação de autorização, limite de margem e prazo de reserva.				
Funções para o Consignante	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
Consultar extrato detalhado das suas consignações realizadas e a realizar.				
Visualizar o valor da sua margem consignável.				
Permitir a escolha de Consignatária para determinado produto/serviço com Margem Exclusiva, condicionando para isso a retenção e validação de margem conforme legislação vigente.				
Reservar margem consignável para autorização de cartão de benefícios.				
Solicitar empréstimo, simulando valores com todas as Consignatárias para permitir a escolha. Nesta função, o Consignante poderá fazer uma solicitação de empréstimo. Ao fazê-la ele estará acionando de forma online a Consignatária escolhida que receberá em área específica as informações relativas ao valor da prestação, o montante do empréstimo e a quantidade de parcelas contratadas, visando agilizar o processo de averbação. Porém, a sua efetiva concretização só acontecerá com autorização do Consignante, através de autenticação de usuário e senha, e assinatura do referido Contrato de consignação quando exigido pela Consignatária.				
Simular consignação.				
Solicitar saldo devedor.				
Disponibilizar manual de utilização para o Consignante, online e integrado ao sistema de consignação.				

Permitir efetuar reserva de margem/ autorização de Cartão de benefício, sindicatos e associações.				
Permitir solicitação de saldo devedor.				
Segurança	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
O Sistema de Gestão deverá permitir criar usuário Master para cada Consignatária e, com esse usuário, cada consignatária inclui e mantém os seus usuários, que devem estar associados, cada um, a um CPF/responsável nominal, para questões de responsabilidade legal pelas ações realizadas pela conta.				
Permitir usuários com múltiplos perfis: Usuários de Órgãos; Usuários de Consignatárias; Usuários Consignantes.				
Os usuários Master podem criar regras de restrição ao acesso a determinadas funcionalidades do sistema, dentro de uma faixa de horário e dia específicos, e para qualquer papel de usuários. A consignatária, só poderá criar regras para seus próprios usuários, e de seus correspondentes.				
O sistema deverá permitir a parametrização da inserção da senha do usuário logado para as seguintes operações: Bloqueio e desbloqueio de contratos; Alteração de margem de um servidor; Reativação de contratos e Quitação de contratos.				
Disponibilizar informações de auditoria de utilização do Sistema.				
As rotinas de segurança devem permitir o controle de acesso de usuários a funcionalidades, transações, campos e telas. Devem ainda garantir o acesso seletivo as informações, restringindo os usuários ao conjunto de informações a que está autorizado, tais como, a de uma determinada Consignatária, Órgão, Consignante, etc. As rotinas de segurança devem garantir que cada Consignatária tenha acesso apenas às informações sobre seus contratos cadastrados no sistema.				

PLATAFORMA OFERTADA

Nome da plataforma:

Fabricante:

Versão:

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE

Razão Social:

CNPJ:

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.13.709/2018

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, e quando for o caso da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e CAT (Certidão de Acervo Técnico).
5. (Nome da empresa) , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº __, portadora da inscrição estadual/municipal nº , através de seu representante legal, (qualificar) , inscrito no CPF/MF sob o nº , portador do RG nº , declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais,

situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o CONTRATANTE, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente